

1649

SOB SUSPEITA

Senador corre risco de ficar sem mandato e ir para prisão

Jucá responde a processo por operações irregulares com madeiras de reservas indígenas

JOSÉ CASADO

É complicada a situação judicial do senador Romero Jucá Filho, eleito por Roraima. O vice-líder do PFL está mobilizando advogados, com o ex-deputado Vital do Rego à frente, porque se acha diante da possibilidade de perder o mandato e sob o risco de ainda passar uma temporada na prisão.

Em 1994, um mês antes de sua eleição para o Senado, Jucá foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia por abuso de poder político e econômico e uso indevido da Fundação Roraima, mantida com subvenções do governo federal.

O dinheiro recebido pela fundação era utilizado para pagar insumos, equipamentos e serviços comprados pela emissora de TV e pelo jornal de Jucá — instrumentos básicos de sua campanha eleitoral.

Apesar de condenado, em ação proposta pelo Ministério Público Federal, ele conseguiu assumir o mandato em fevereiro do ano passado por meio de recursos ao Tribunal Superior Eleitoral. Antes de decidir, o TSE quer a opinião da Procuradoria-Geral da República.

Mas essa não é a única dificuldade que o vice-líder do PFL tem com a Justiça. Em janeiro do ano passado,

um mês antes de sua posse no Senado, Jucá foi formalmente denunciado também pelo Ministério Público Federal, em outro processo, por corrupção, formação de quadrilha e apropriação de dinheiro público (peculato) em crimes continuados durante sua passagem pela presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), no governo Sarney.

A ação saiu da 12ª Vara Criminal, em Brasília, para o Supremo Tribunal Federal (STF), que pediu em dezembro parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Jucá comandou a Funai, vinculada ao Ministério da Justiça, entre 1986 e 1988. Uma longa investigação da Polícia Federal resultou numa coletânea de cheques, extratos bancários e depoimentos de donos de serraria indicando o uso da Funai como balcão de venda ilegal de madeira extraída de reservas indígenas.

A Funai fazia contratos com serrarias, permitindo a derrubada de mogno, cerejeira, angelim, ipê e cedro — madeiras raras e de alto valor de mercado. O Ministério Público e a polícia constataram que "cada contrato envolveu uma propina em dinheiro, que era repartida entre os funcionários diretamente responsáveis pela operação, cabendo sempre uma parte para o presidente da Fu-

nai, destinada ao financiamento de suas pretensões políticas".

Houve uma espécie de loteamento da madeira existente nas reservas indígenas. Assim:

■ A Madeireira Serdil coube a área da tribo tubarões latundé.

■ Já a Cometa dividiu a reserva dos uru-eu-uau-uau com a Madeireira Unimar.

■ A Indal-Altoé recebeu a mata dos mequens, em partilha com a Lavrama do Norte.

■ A Madeireira Varaschin ganhou a reserva 7 de Setembro, em Rondônia, junto com a Regente.

■ A Noroeste Ltda. ficou sozinha com a reserva de Rio Branco.

■ E A Incomax recebeu toda a área de Serra Morena.

Alguns dos proprietários dessas madeireiras confirmaram, na investigação, ter assinado

contratos diretamente com Jucá. Outros identificaram cheques de sua emissão, rastreados pela polícia, como parte do acerto feito e destinados "aos bolsos do ex-presidente da Funai e seus subordinados diretos" — relata o Ministério Público, no processo.

Jucá havia sido denunciado pela CPI do Orçamento, por apropriação de dinheiro público enviado à Fundação Roraima. Hoje é da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

DINHEIRO DE
FUNDAÇÃO FOI
USADO PARA
CAMPANHA